

Senado aprova e envia à Câmara proposta que fortalece as CPIs

Votada em segundo turno, emenda constitucional explicita a possibilidade de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de investigados, além da busca e apreensão de documentos necessários à apuração de fatos



Em sessão realizada ontem à noite, o Congresso aprovou o projeto de conversão apresentado por José Fogaça

Será enviada à Câmara a proposta de emenda constitucional que torna mais claros os poderes das comissões parlamentares de inquérito. Aprovada ontem em segundo turno, ela estabelece que as comissões podem quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefô-

co dos investigados, além de promover a busca e apreensão de documentos necessários à elucidação de fatos que estejam sendo apurados. A proposta foi apresentada pelo senador Jefferson Péres e teve substitutivo do senador Amir Lando.

PÁGINA 3

O QUE PODE MUDAR NA CONSTITUIÇÃO

A Constituição prevê que as CPIs terão "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais", além de outros previstos nos regimentos internos do Senado e da Câmara.

Pela nova redação, ficam mais claros os poderes de:

- Promover buscas e apreensões e determinar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados, exercendo "poderes próprios dos juizes";
- Requisitar documentos e informações, além de ouvir testemunhas e indiciados, "inclusive qualquer integrante dos Poderes da República".

CONGRESSO DEFINE CRITÉRIOS PARA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA

PÁGINA 5



Relator aponta responsabilidade do BB na falência da Encol

Relatório apresentado ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro pelo senador João Alberto constata responsabilidade da diretoria do Banco do Brasil pela falência da construtora Encol.

PÁGINA 4



Durante reunião realizada ontem pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável à operação

Subcomissão propõe debate sobre idoso

A promoção de um amplo debate sobre a terceira idade foi defendida em audiência da Subcomissão do Idoso.

PÁGINA 6

Empréstimo do BID será votado com urgência

PÁGINA 6

ACM considera possível acordo sobre emenda da contribuição dos inativos

Esclarecendo que “esse é um problema da liderança do governo”, o senador admitiu a possibilidade de discussão de novos critérios de isenção para aposentados e pensionistas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que considera possível o governo e a oposição negociarem novos critérios de isenção para cobrança previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

A declaração foi feita ao ser questionado sobre a possibilidade de isenção para os que estão acima dos 70 anos e a ampliação do limite de não-incidên-

cia do tributo. Na proposta de emenda constitucional que estabelece a contribuição para os servidores inativos públicos, civis e militares, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso, esse limite foi fixado em R\$ 600.

Mas Antonio Carlos acrescentou que, em sua opinião, o governo já fez um esforço quando encaminhou a PEC. “A negociação é sempre um sistema normal dentro da atividade política,

mas eu não posso garantir se vai negociar ou não. Esse é um problema da liderança do governo”, afirmou.

Respondendo a outra pergunta sobre a possibilidade de a emenda apresentada pelo governo estar ferindo algum direito adquirido, disse Antonio Carlos: “Apesar de no Brasil falar-se muito nisto, eu tenho uma tese de que direito adquirido ilegalmente não pode ser válido. Resta saber se é legal

ou não”. Ele informou, também, que a convocação do Congresso para trabalhar em janeiro dependerá da vontade do governo.

LEI DE INFORMÁTICA

O senador pronunciou-se contra a idéia de fazer a lei de informática tramitar em regime de urgência:

— Uma lei dessa importância não pode ser votada em dois dias — justificou o presidente do Senado.

Antonio Carlos e Dornelles debatem reforma trabalhista

O senador Antonio Carlos Magalhães se reuniu na manhã de ontem, no gabinete da presidência do Senado, com o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, que veio tratar da reforma trabalhista que tramita no Congresso. Explicando os motivos da visita, Dornelles afirmou que Antonio Carlos, como grande incentivador da reforma, tem interesse em que ela se torne realidade e vai dar uma atenção especial aos projetos sobre o tema que estão no Senado.

O ministro informou também que dois projetos de lei, elaborados pelo Executivo, já foram aprovados pela Câmara e agora serão apreciados pelo Senado. Um deles estabelece o preceito do rito sumariíssimo, que consiste basicamente no encurtamento dos prazos de julgamento das questões judiciais trabalhistas. A outra propos-

ta cria as comissões de conciliação prévia, que, segundo o ministro, também vão ajudar a desafogar a Justiça do Trabalho.

— Esses projetos representam os pontos principais da reforma pois vão permitir que as causas trabalhistas sejam julgadas em um período mais curto, o que beneficiará muito o trabalhador e vai trazer tranqüilidade às empresas, pois estas não ficarão com os passivos, que dependem das decisões judiciais — esclareceu.

COMISSÃO DA POBREZA

O presidente do Senado também recebeu ontem os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Marina Silva (PT-AC) e o deputado Roberto Brant (PSDB-MG), membros da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza. Antonio Carlos é o autor da proposta que deu origem à comissão.



Os frentistas pediram a ACM apoio para a proibição de bombas automáticas nos postos

Senador recebe comissão de frentistas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem um grupo de dirigentes sindicais — entre eles, o diretor da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo Francisco Soares de Souza — que acompanha a votação de projeto instituindo mecanismos de garantia de emprego para a categoria.

Conforme o relato de Souza, o senador ouviu com atenção os argumen-

tos apresentados em defesa do projeto, cujo objetivo é dar garantia de emprego aos frentistas, proibindo a instalação de bombas automáticas nos postos de gasolina. A proposta foi aprovada pela Câmara e inicia a tramitação nas comissões do Senado.

— É um projeto de interesse social, que vai proteger cerca de 300 mil empregos — afirmou Francisco Soares de Souza.

CRE rejeita reserva de vagas na Abin para servidores estáveis

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) rejeitou ontem emenda de plenário apresentada pela senadora Marina Silva (PT-AC) ao projeto de lei que cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e institui o Sistema Brasileiro de Inteligência. O relator da matéria, Romeu Tuma (PFL-SP), emitiu parecer contrário à emenda, que determinava que pelo menos dois terços dos cargos em comissão previstos no

projeto fossem preenchidos por servidores estáveis. A proposta segue para votação em plenário.

A CRE acatou projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina. Segundo o relator, Lauro Campos (PT-DF), o convênio moderniza as relações entre os dois países, ao adotar novos mecanismos de cooperação.



O senador Antonio Carlos Magalhães com o ministro Dornelles

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h — Recebe missão do Banco Mundial
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 11/99, define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; *PDL nº 68/98, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Mantiqueira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niquelândia (GO); *PDL nº 97/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa (PB); *PDL nº 98/98, aprova o ato que renova a concessão deferida à Registro — Emissoras Regionais de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Registro (SP); *PDL nº 160/99, aprova o ato que renova a concessão deferida à Televisão Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Brasília (DF); substitutivo do Senado ao *PLC nº 25/93, dispõe sobre o acréscimo do inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho; *Requerimento nº 590/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre o PLS nº 74/99 — Complementar, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 597/99, do senador Iris Rezende, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 374/99, de sua autoria; e *Requerimento nº 610/99, do senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 244/99, de sua autoria.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; e *Audiência pública com o diretor de Administração e Finanças do Indesp, Luiz Antonio Buffara, e o ex-presidente do Indesp, Manoel José Gomes Tubino, com a finalidade de esclarecer denúncias de corrupção relacionadas com a abertura de salões de bingo no país. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal; *PDL nº 47/99, dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); *PLC nº 35/99, altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86; *PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e *PEC nº 37/99, cria o Conselho Nacional de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — Comissão de Educação

Pauta: Reunião extraordinária para a realização do Dia da Educação. Abertura: Apresentação dos objetivos do evento — senadora Emilia Fernandes. Palestrantes: Renato de Oliveira, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Carlos Augusto Abicalil, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNE); e Selma Garrido Pimenta, professora da Faculdade de Educação da USP.

Homenagem póstuma ao ex-senador João Calmon — palestrantes: senadores Luzia Toledo, Gerson Camata e Freitas Neto.

Encerramento: Descerramento da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Concessões de emissoras são renovadas

O plenário renovou ontem a concessão de duas emissoras de rádio que operam em ondas médias – a Difusora Santarritense, de Santa Rita do Sapucaí (MG), e a Rádio Princesa do Sul, de Goiatuba (GO). O plenário também autorizou a Fundação Agripino Lima a executar serviços de rádio e TV na cidade de Presidente Prudente (SP).

Na mesma sessão, o plenário aprovou projeto de iniciativa do presidente da República dando o nome de Ivan Alcides Dias à ponte localizada no município de Camaquã (RS). No encaminhamento da votação, o senador José Fogaça (PMDB-RS) expressou o quanto os gaúchos se sentiam honrados com essa decisão.

Ele informou que o professor Ivan Alcides Dias foi um homem que prestou ao Rio Grande do Sul relevantes serviços em educação. “Foi um cidadão extremamente respeitado e querido, que serviu durante anos à causa da educação da comunidade”, disse Fogaça.

Dois acordos internacionais têm aprovação

O Senado aprovou ontem o Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1998, em Caracas, assim como o Acordo de Cooperação entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, no Domínio do Desporto, concluído em Lisboa, em 1990.

Na ocasião, a senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou a importância do Tratado de Cooperação Amazônica, observando ser essa uma discussão que envolve todos os países. Ela lembrou que o Brasil é o primeiro país do mundo a regulamentar a convenção da biodiversidade e observou que o tratado permite aos que partilham a Amazônia operar em bloco.

Pesar pela morte de professor de Medicina na Bahia

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Fernando Didier, da Faculdade de Medicina da Bahia. A Casa enviará condolências à família e à instituição.

Proposta que define poderes das CPIs será enviada à Câmara

Comissões parlamentares de inquérito poderão determinar quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, assim como promover buscas e apreensões, para esclarecer fatos sob investigação



Em um dia de muitas decisões, o Senado aprovou novos poderes para as CPIs e piso para dentistas e médicos

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional (PEC) que explicita os poderes que têm as CPIs de quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico e promover a busca e apreensão de documentos necessários à elucidação de fatos sujeitos a investigação. A proposta deve ser enviada agora à Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) e votada nos termos de um substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO), a proposta esclarece, no texto constitucional, que as CPIs têm poderes próprios de juízes, podendo requisitar documentos e informações, e ouvir testemunhas e indiciados, inclusive qualquer integrante dos Poderes da República.

Essa PEC também estabelece que as CPIs devem encaminhar suas conclusões ao Ministério Público para, se for o caso, ser promovida a responsabilidade civil ou criminal de infratores. Elas poderão promover diretamente buscas e apreensões, assim como determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, sempre que entenderem ser isso necessário à elucidação dos fatos sob investigação.

Médicos e cirurgiões-dentistas terão piso salarial de R\$ 1,3 mil

O piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas deverá ser de R\$1.337,32, devendo ser reajustado de acordo com a política salarial adotada pelo governo federal para os trabalhadores em geral. A decisão foi tomada ontem pelo Senado, ao deliberar sobre substitutivo do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) a projeto da Câmara destinado a atualizar monetariamente o piso salarial instituído em 1961. A matéria ainda vai ser votada em turno suplementar.

Relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais, Luiz Estevão des-

tacou a preocupação dos profissionais de saúde com os baixos proventos recebidos, que os induzem a enfrentar uma carga de trabalho excessiva, de até 12 horas, para atender suas necessidades de sobrevivência, com reflexo na qualidade do serviço prestado à população. Ele reconheceu que esse piso está longe de ser a remuneração ideal, mas ressaltou que dá um mínimo de dignidade a essa categoria profissional.

VETO

Requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA) quase adia a vota-

ção para que houvesse uma nova manifestação da Comissão de Assuntos Sociais. Ele argumentou que, como o governo já vetara a matéria uma vez, na legislatura passada, nada garantia que não a vetasse novamente.

Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ramez Tebet (PMDB-MS), Tião Viana (PT-AC), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) observaram que a iniciativa visava apenas atualizar o valor do piso salarial, sendo portanto uma medida de justiça. Lobão retirou seu requerimento e a matéria foi aprovada.

Protocolo sobre Mercosul retorna à CRE

“Desde o estabelecimento do Mercosul, toda a balança comercial brasileira virou deficitária”, afirmou ontem o senador Gerson Camata (PMDB-ES), ao defender o retorno à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de projeto destinado a aprovar o Protocolo de Defesa da Concorrência desse acordo de livre comércio. A requerimento dos senadores Artur da Távola (sem partido-RJ) e Bernardo Cabral (PFL-AM), a matéria voltou à CRE.

No momento em que o plenário ia votar o projeto, o senador Bernardo Cabral leu requerimento alertando que o protocolo em exame invadia a competência do Conselho de Defesa Econômica (Cade). O texto dizia que, se aprovado, o pro-

toloco deslocaria a competência do Cade no julgamento de processos de concorrência para a Comissão de Comércio dos ministérios das Relações Exteriores dos quatro países do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Foi quando Gerson Camata pediu uma reflexão mais profunda dos senadores sobre as regras vigentes no Mercosul. Ele explicou que, enquanto a balança brasileira está cada vez mais deficitária, os outros países-membros estão superavitários. “O Brasil está reduzindo os empregos aqui e multiplicando-os na Argentina, Uruguai e Paraguai”, afirmou o parlamentar, acrescentando que, com as restrições impostas aos sapatos brasileiros, a Argentina rachou o Mercosul.

LEITE

Também disse que o leite importado pelo Brasil está destroçando a produção nacional. “A Argentina está trazendo leite subsidiado do Mercado Comum Europeu e empurrando-o para o Brasil”, afirmou ainda Camata. Ele quer um exame mais cuidadoso desse protocolo, assim como uma manifestação do Banco Central sobre as divisas que o Brasil está perdendo nesse acordo de livre comércio.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) também argumentou que o Brasil não pode continuar perdendo espaço nesse mercado. “Enquanto estiver beneficiando apenas um lado, não é um bom acordo”, sustentou ele.

Projeto da Previdência será analisado pela CCJ

Por decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o projeto que define novo cálculo da aposentadoria para os trabalhadores da iniciativa privada, já aprovado na Câmara dos Deputados, será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, além da Comissão de Assuntos Sociais, onde está tramitando, com votação prevista para hoje.

A iniciativa foi do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sob o argumento de que os aspectos jurídicos do projeto precisam ser mais bem examinados. A questão de ordem foi apoiada pelas lideranças do PMDB, PSDB e PFL, o que levou Antonio Carlos a concordar com a sugestão, desde que mantidas as exigências de prazo da tramitação em regime de urgência.

Segundo Dutra, o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), garantiu ser possível votar o projeto até o dia 13, prazo limite para que chegue à Mesa Diretora em tempo de ser incluído na Ordem do Dia do próximo dia 22, conforme exige a urgência.

Relator diz que Banco do Brasil teve responsabilidade na falência da Encol

Conforme primeiro balanço das investigações efetuadas pela CPI dos Bancos, empréstimos concedidos sem garantias sólidas contribuíram para o prejuízo de milhares de mutuários

A Diretoria do Banco do Brasil teve responsabilidade na falência da construtora Encol e nos prejuízos que estão sendo arcados pelos mutuários da empresa, segundo relatório apresentado ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro pelo senador João Alberto (PMDB-MA). Com base nas investigações, o relator da CPI concluiu que os empréstimos concedidos pelo banco ao Grupo Encol (R\$ 300 milhões em valores já corrigidos) tiveram a característica de "favor" e não contaram com garantias sólidas:

— Não tenho a menor dúvida de que a Diretoria do Banco do Brasil agiu mal e em meu relatório estou descrevendo o que ocorreu para que o Ministério Público possa agir. Os diretores poderão ser punidos pelo menos por omissão — afirmou João Alberto, pouco antes da reunião da CPI.

Já os funcionários do BB punidos em razão dos empréstimos não pagos foram isentados de culpa pelo senador. Em seu relatório de 126 páginas e 500 documentos anexos, João Alberto não cita nominalmente nenhum diretor — fala apenas em "toda a Diretoria do Banco do Brasil". Ali está descrito, por exemplo, o caso do empréstimo em que figurava como garantia o Hotel Ramada, localizado em



João Alberto: os diretores do BB poderão ser punidos pelo menos por omissão

São Paulo, posteriormente substituído por outro bem sem qualquer valor. O relator recomenda que os mutuários recebam a escritura dos imóveis.

Outros fatos investigados pela CPI, como a venda de dólares aos bancos Marka e FonteCindam pelo Banco Central, serão objeto de relatórios específicos. Até o dia 11 de novembro, o senador João Alberto receberá sugestões ao relatório geral e final que será apresentado até o dia 19. Em seguida, o texto será votado em caráter de urgência pela CPI e encaminhado ao plenário para ser votado até o dia 30 de novembro:

— Esta não vai ser a CPI da impunidade. Já produzimos grandes avanços — disse João Alberto.

Wilson destaca prêmio dado a psicóloga pernambucana

A psicóloga Anália Belisa Ribeiro Pinto, do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), recebeu ontem os cumprimentos do senador Carlos Wilson (PPS-PE) por ter sido a vencedora do Prêmio Mulher do Ano de 1999, concedido pela revista *Cláudia*. Pernambucana, a psicóloga também é coordenadora e fundadora



Wilson elogiou criadora de programa de proteção a testemunhas

do primeiro programa de proteção a testemunhas de crimes no Brasil — o Provita —, iniciado em 1996 e, no ano seguinte, estendido aos estados da Bahia e do Espírito Santo após avaliação positiva do programa por parte do Ministério da Justiça, disse.

A partir de 1999, após sanção da lei federal de proteção a testemunhas, programas semelhantes aos desenvolvidos pioneiramente em Pernambuco estão sendo implantados em âmbito nacional, observou o

senador.

Através do Gajop, Anália Ribeiro Pinto colabora no desenvolvimento de três programas: apoio e proteção a testemunhas de violência; monitoramento do sistema de segurança; e justiça e educação para a cidadania, informou o senador. No Provita, por sua vez, através de parceria entre o poder público e a sociedade civil, uma

rede de grupos governamentais e não-governamentais "busca proporcionar apoio e proteção a testemunhas, vítimas e familiares de vítimas de violência, com vistas à elucidação de crimes graves", acrescentou.

Para a psicóloga, o reconhecimento público de seu trabalho é sinônimo de reconhecimento, por parte da sociedade, do êxito do Provita, e a escolha de seu nome "revela que é possível uma ação integrada do sistema de justiça e segurança, resultando na preservação da vida".

Empresa de auditoria estava "corrompida", afirma senador

A empresa de auditoria Bianchessi é apontada no relatório da CPI do Sistema Financeiro como co-responsável pela quebra da Encol, informou ontem o senador João Alberto (PMDB-MA). Os auditores da Bianchessi cuidavam da contabilidade da Encol até 1995 e deixaram de registrar em seus relatórios a situação de caos financeiro e administrativo em que se encontrava a empresa:

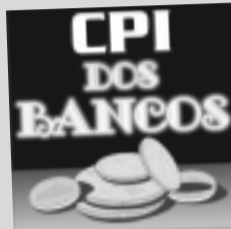
— Essa auditoria estava corrompida — disse João Alberto, que no relatório sugere à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) processar a Bianchessi.

O relatório da CPI, lido em reunião fechada, aponta ainda falhas na contabilidade do Banco do Brasil que, desobedecendo normas do Banco Central, não teria lançado como prejuízo em seu balanço empréstimos não pagos pela construtora. A diretoria do banco continuou renovando os empréstimos, mesmo quando a situação da empresa era de insolvência:

— Esses diretores estavam coniventes — disse o senador.

João Alberto adiantou algumas sugestões que fará no relatório geral e final. Uma delas é a de que o sistema financeiro seja acompanhado por uma comissão permanente temática do Senado, trabalho hoje executado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Periodicamente, autoridades como o presidente do Banco Central teriam que comparecer à comissão para falar sobre a política financeira do país. O senador está sugerindo também que a fiscalização bancária seja feita por órgão desvinculado do BC.

Com relação às contas CC-5 (de não-residentes no país), o relator da CPI propõe que qualquer movimentação seja informada à Receita Federal.



Mauro critica crédito educativo por excluir 18.500 estudantes

A exclusão de mais de 18.500 alunos do programa de crédito educativo neste ano por causa da insuficiência de renda familiar foi considerada ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) "um enquadramento perverso e anti-social, que deixa muito mal o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso".

Reconhecendo que, segundo a imprensa, o ministro da Educação, Paulo Renato, anunciou que os critérios para concessão do financiamento devem ser revistos a partir do ano que vem, Mauro Miranda afirmou que essa decisão precisa ser abreviada para beneficiar os alunos já matriculados e que vivem sob clima de tensão e insegurança.

Mauro lembrou que um dos critérios de seleção para o crédito educativo é não comprometer 60% da renda familiar com o pagamento da parcela que cabe ao aluno. Como o financiamento cobre 70% do preço do curso, o aluno arca com 30%. Assim, para uma men-



Mauro: alunos já matriculados vivem sob clima de insegurança

salidade de R\$ 400,00, por exemplo, o financiamento entra com R\$ 280,00 e o estudante com R\$ 120,00. O aluno estará excluído do programa se a renda de sua família for inferior a R\$ 200,00:

— Para mim e para qualquer cidadão esclarecido, a insuficiência de renda, neste caso, é motivo para entrar, e não para sair. Estamos diante de uma lógica às avessas. Se os alunos pudessem pagar, não estariam pleiteando ajuda financeira para estudar. E por serem os mais pobres, deveriam ser os primeiros a receber o benefício. Essa é a lógica esperada, mas não foi a que acabou prevalecendo — disse Mauro.

Segundo o senador, o país não pode deixar milhares de jovens excluídos do ensino, penalizando-os justamente porque não tiveram a sorte de ser filhos de famílias abastadas, pois a educação constitui direito social básico de cidadania, "e não pode ser uma cidadela para a consagração de privilégios".

Proposta que restringe MPs volta à CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deve votar hoje, às 10h, proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria, apresentou substitutivo às modificações feitas pela Câmara dos Deputados ao projeto original, que é oriundo do próprio Senado.

Conforme o parecer de Fogaça, é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. O senador também entende que as MPs devem ser apreciadas separadamente pelo Senado e pela Câmara. Atualmente, as medidas provisórias são analisadas em sessões conjuntas do Congresso Nacional.

Cobrança de ISS sobre pedágio vai a votação hoje

O plenário vota hoje projeto que regulamenta a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na cobrança de pedágios em rodovias. A matéria, oriunda da Câmara, recebeu um substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos, que retirou do projeto original aspectos considerados inconstitucionais pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Pelo texto, a base de cálculo do ISS será o preço cobrado aos usuários, proporcional à extensão da rodovia explorada. A alíquota máxima a ser aplicada será de 5%. A matéria estabelece que o local da prestação do serviço será o município em cujo território haja parcela da estrada em exploração.

CAS aprecia projeto que muda a aposentadoria

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecia hoje projeto de lei da Câmara que altera o cálculo para a concessão de aposentadoria aos trabalhadores da iniciativa privada. O projeto, que trata da contribuição previdenciária individual e modifica vários dispositivos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tramita em regime de urgência e foi elaborado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

A CAS realizará audiência pública com o diretor de administração e finanças do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp), Luis Antonio Buffara, e com o ex-presidente do Indesp, Manoel José Gomes Tubino, para que prestem "esclarecimentos sobre provável esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos no país".

Congresso aprova renegociação da dívida agrícola

Produtores com dívidas securitizadas até R\$ 50 mil terão uma redução de 30% sobre o valor, enquanto os débitos de até R\$ 15 mil ganham prorrogação de dois anos para o pagamento

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite projeto de conversão apresentado pelo relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), à Medida Provisória nº 1.918, que trata da renegociação das dívidas originárias de crédito rural e de dívidas com o Funcafé.

A bancada do PT inicialmente recusou-se a votar, devido à não inclusão dos financiamentos feitos no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec) e dos fundos constitucionais. No entanto, como os líderes do governo e do PFL na Câmara, respectivamente, deputados Artur Virgílio (PSDB-AM) e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), assumiram da tribuna o compromisso de negociar esses casos dentro da MP nº 1.846, o líder do PT, deputado José Genoíno (SP), anunciou a concordância de seu partido ao projeto de conversão.

José Fogaça também aceitou, em plenário, proposta do PT de retirar dos be-

nefícios previstos na renegociação das dívidas agrícolas os produtores que praticaram desvio de finalidade dos créditos recebidos.

Na defesa do projeto, o relator disse que a comissão especial que analisou a MP original orientou-se por "mostrar a necessidade de garantir apoio aos agricultores sem perder a noção de que se tratava de recursos públicos". Isso significou avaliar o impacto da renegociação sobre o montante da dívida pública e buscar atender os dois lados: o governo, em seu desejo de contenção e de estabelecer um programa de ajuste fiscal sério; e os produtores, para garantir-lhes tranquilidade nas próximas duas safras.

O consenso firmado entre as lideranças partidárias resultará numa lei que alterará contratos de crédito em vigência, de modo que as parcelas a serem pagas pelos produtores terão redução expressiva. Pelo projeto aprovado, os produtores adimplentes com dí-

vidas securitizadas até R\$ 50 mil terão uma redução de 30% sobre o seu valor. As dívidas de até R\$ 15 mil terão dois anos de prorrogação. No caso das dívidas de até R\$ 50 mil, "o governo concordou com o pagamento de 10% da dívida em 1999 e de 15% em 2000. Nesse ano, portanto, a dívida foi alongada em 90%. Com o rebate, paga-se 7%", explicou o presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Augusto Nardes (PPB-RS).

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que integrou a comissão mista, manifestou sua perplexidade com o argumento petista de que o projeto de conversão excluía os mini e pequenos produtores. Para ele, o projeto beneficia exatamente estes produtores, desde que com dívidas securitizadas, sem juros anuais fixos (como o Pronaf) e sem indexadores, destacou. "É o máximo que a Casa pôde fazer. O ótimo não vamos ter, portanto é bom que fiquemos com o bom", disse ele.



Compromisso de líderes governistas em prosseguir negociações para financiamento do Pronaf e Prodec convenceu PT a votar a favor

Médicos discordam sobre prevenção do câncer de próstata

Não houve consenso na audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação, em que especialistas debateram com os senadores o projeto da deputada federal Telma de Souza (PT-SP) que propõe a criação da Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. O ponto de discordância foi se deveria ser colocado ou não à disposição da população masculina acima de 40 anos, exames para o diagnóstico da doença.

Autor do requerimento para a realização da audiência pública, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto na Comissão de Educação, revelou que somente após consultar alguns especialistas sobre o as-

sumto, foi que descobriu a existência de controvérsias com relação ao tema. Por este motivo ele sugeriu a audiência pública, da qual participaram Álvaro Sarkis e Sami Arap, da Faculdade de Medicina da USP, Ronaldo Damião, da Sociedade Brasileira de Urologia e José Kogute, do Instituto Nacional do Câncer.

Primeiro a falar, Sami Arap reconheceu que o tema é bastante controverso. Depois de apresentar dados estatísticos sobre a incidência da doença em vários países, ele disse que o Brasil não deve fazer rastreamento para diagnosticar o câncer de próstata. Por outro lado, ele elogiou o projeto da deputada por propor uma divulgação maior sobre a doença.

José Kogute falou que o câncer de próstata continua sendo uma doença com vários pontos ainda não devidamente esclarecidos pelos cientistas que se dedicam ao assunto. Ele também sugeriu a continuidade do debate para que possa se chegar a um consenso e a análise de experiências semelhantes realizadas em outros países. Álvaro Sarkis posicionou-se favoravelmente ao esclarecimento sobre a doença, mas defendeu que a pessoa deverá optar por fazer o exame ou não.

Único a defender a instituição da

campanha de acordo com o projeto da deputada, inclusive com a realização de exames junto à população, Ronaldo Damião falou que deve haver o exame em homens com mais de 50 anos, mas que devem existir recursos hospitalares para tratar os casos diagnosticados da doença. A deputada Telma de Souza revelou que seu projeto tem como um dos objetivos evitar que o preconceito e a vergonha contribuam para que homens morram em virtude do câncer de próstata.



Médicos ouvidos não chegaram a uma conclusão sobre projeto de deputada

Termina hoje prazo para emendas ao Orçamento 2000

Termina hoje o prazo para que deputados e senadores apresentem emendas, coletivas ou individuais, ao Orçamento federal do próximo ano e ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA) dos próximos quatro anos.

A reunião da Comissão Mista de Orçamento, prevista para ontem foi adiada para amanhã, às 9h, porque as votações da tarde e da noite, na Câmara e no Congresso, impossibilitaram que os parlamentares permanecessem na comissão. Amanhã serão analisados e votados três créditos suplementares para o Orçamento que vem sendo executado neste ano.

O primeiro deles é um crédito de R\$ 191 milhões, destinado aos ministérios dos Transportes, Meio Ambiente, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia. O outro crédito suplementar, de R\$ 141,8 milhões, tem o objetivo de reforçar as dotações orçamentárias deste ano para o pagamento de juros e do principal das dívidas interna e externa.

A comissão também examinará crédito suplementar no valor de R\$ 57,6 milhões. Parte desses recursos será aplicada em ações complementares em vários estados e em compensações de operações relativas à dívida externa da União, prejudicadas com a desvalorização do real com relação ao dólar. A outra parte será aplicada no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec), cuja execução, em 1998, foi prejudicada por problemas operacionais.

CE homenageia os professores

A Comissão de Educação preparou para hoje, a requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), às 17h30, programação em homenagem ao Dia do Professor. A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) e o senador Gerson Camata (PMDB-ES) prestarão homenagem póstuma ao ex-senador João Calmon, que dá nome à sala de reuniões da comissão. O ex-parlamentar, falecido no ano passado, notabilizou-se pela defesa de recursos para a educação.

A CE, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI) realiza também audiência pública com os professores convidados Renato de Oliveira, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Carlos Augusto Abicalil, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Selma Garrido Pimenta, professora da Faculdade de Educação da

Universidade de São Paulo (USP). Ao final da reunião, será inaugurada a galeria dos ex-presidentes da Comissão de Educação.

RÁDIO E TV

Na reunião realizada ontem, foram aprovados pareceres favoráveis a 14 renovações de concessões e permissões de rádio e uma de televisão. A comissão aprovou ainda parecer do senador Lúcio Alcântara que envia para apreciação da subcomissão de Rádio e TV projeto de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que prevê o preenchimento de 50% da programação das televisões com atrações culturais locais e regionais.

As emissoras de FM que tiveram suas permissões outorgadas são: Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultura), de Guarapuava (PR); Rádio Intercontinental, de Curitiba (PR); Rádio Presidente Pru-

dente, de Presidente Prudente (SP) e Fundação Universidade do Tocantins, de Palmas (TO).

Foram renovadas as seguintes concessões para rádios que operam em onda média: Rádio Cultura de Porto Novo, de Além Paraíba (MG); Rádio Alvorada, de Lins (SP); Rádio Presidente Venceslau, de Presidente Venceslau (SP); Rádio Alto Uruguai, de Humaitá (RS); Rádio Presidente Prudente, de Presidente Prudente (SP); Rádio Educativa Oswaldo Cruz, de Sertãozinho (SP); Rádio Tropical, de Luziânia (GO) e Rádio Difusora, de Catanduva (SP).

A Comissão de Educação renovou

a concessão para a Fundação Radio-difusora de Congonhas, de Congonhas (MG), operar em onda tropical e para o Sistema Clube de Comunicação, de Ribeirão Preto (SP), funcionar em onda curta.

A única outorga para concessão de TV aprovada foi para a Fundação Século XXI, de Campinas (SP), com fins exclusivamente educativos. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, destacou a importância de uma televisão com fins puramente educativos, "para melhorar o nível cultural e educacional da população". As renovações serão agora apreciadas pelo plenário do Senado.

Subcomissão promove debate sobre terceira idade

Especialistas ouvidos em audiência pública concluem que idosos são vítimas de preconceitos, maus-tratos e de assistência deficiente. Eles defendem o desenvolvimento de programas de apoio a essa parcela da população

O presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Renato Maia Guimarães, defendeu ontem, em audiência pública na Subcomissão Permanente do Idoso, a realização de debate nacional para investigar a situação das pessoas da terceira idade no país, a criação de programas voltados para o bem-estar do idoso e mais verbas para a formação de recursos humanos nessa área.



Jorge Silvestre, Renato Guimarães e o presidente da Subcomissão do Idoso, senador Luiz Estevão

No entender do médico, está na hora de o Brasil adotar políticas destinadas a proteger os idosos, como uma aposentadoria digna, atendimento médico-hospitalar adequado e programas de valorização da terceira idade, sob pena de, no futuro, o país enfrentar o caos no trato dessa parcela da população.

Guimarães disse que é preciso acabar com a "idéia absurda" de que o idoso é uma pessoa inútil e incapaz. A seu ver, compete ao governo e à sociedade civil criar uma idéia diferente da velhice e buscar soluções para que milhões de pessoas acima de 60 anos de idade vivam felizes e de forma harmoniosa no meio social, sem qualquer preconceito.

"O Brasil é o país que mais rapidamente está envelhecendo no mundo", informou ele, ao clamar por aquilo que, con-

forme afirmou, as pessoas da terceira idade mais desejam: cidadania.

Também participou da audiência daquela que foi a primeira reunião da Subcomissão Permanente do Idoso o professor Jorge Alexandre Silvestre, coordenador do Programa de Atenção à Saúde do Idoso do Ministério da Saúde. Ele analisou a situação dos idosos no país, concluindo que muita coisa ainda deve ser feita para melhorar a vida dessas pessoas.

Silvestre defendeu o fortalecimento da Política Nacional do Idoso, executada pelo Ministério da Saúde, e disse ser chegada a hora de acabar com o preconceito em relação aos idosos. Ele acrescentou que todos têm que ter um envelhecimento saudável e se preparar para uma maior expectativa de vida. "Isso somente poderá ser alcançado com mudanças de hábi-

tos", observou.

Entre essas mudanças, apontou o combate ao tabagismo, ao alcoolismo, à automedicação e à dependência de drogas consideradas lícitas, como os tranquilizantes. Uma alimentação balanceada, atividade física regular e lazer também foram lembrados por Silvestre como o caminho natural para um envelhecimento saudável.

Depois de informar, com base em estudo realizado por 14 universidades do Rio Grande do Sul, que a saúde é o maior bem dos idosos, ultrapassando os próprios laços familiares, Jorge Alexandre Silvestre defendeu as chamadas internações domiciliares, o fortalecimento de programas que atendem pessoas em suas próprias casas e o combate aos maus-tratos contra os idosos.

Luiz Estevão destaca o papel do Legislativo no tratamento do tema

O presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), destacou, na primeira reunião da subcomissão, "o importante desafio" que caberá ao Legislativo na elaboração de política pública capaz de assegurar condições de vida dignas para os idosos brasileiros. Segundo ele, os que têm mais de 60 anos representam cerca de 15% da população e devem chegar a 25% em 2040.

O grande desafio, disse Estevão, é compatibilizar o crescimento da expectativa de vida da população com a capacidade de a Previdência Social pagar as pensões e aposentadorias. A expectativa de vida dos brasileiros, que no começo do século era de 33 anos, hoje está em torno de 70 anos, conforme o coordenador do Programa de Atenção à Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, Jorge Alexandre Silvestre, que participou da audiência pública de ontem.

Mesmo concordando com a necessidade de "profundas mudanças" na área previdenciária, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) ressaltou que o crescimento da expectativa de vida dos brasileiros é uma consequência dos acertos de várias iniciativas do governo no campo econômico. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) observou, no entanto, que o aumento da expectativa de vida não se verifica em todas as regiões do país.

Preocupação semelhante manifestou Juvêncio da Fonseca (PFL-MS). Para ele, a elevação registrada pelas pesquisas na idade média dos brasileiros "é uma notícia boa por um lado, mas ruim por outro". Juvêncio disse que a subcomissão "tem que assaltar a consciência das autoridades e do povo", porque sem o desenvolvimento econômico a situação "poderá ficar caótica".

Luzia Toledo (PSDB-ES) esclareceu que trabalha há 25 anos com idosos. Segundo ela, por iniciativa "dos jovens de cabelos brancos", a terceira idade passou a se chamar de melhor idade. Ela aplaudiu a criação da Subcomissão Permanente do Idoso e reivindicou mudanças na legislação para "dar trabalho a essa gente". O pior que pode acontecer a um idoso, acrescentou, "é ele ser obrigado a ficar em casa, dependendo da família e sem ter o que fazer".

Leomar Quintanilha (PPB-TO) também entende que as pessoas com mais de 60 anos devem ter o direito de continuar ou reingressar no mercado de trabalho. O importante, afirmou, é que já há uma mudança de mentalidade no Brasil em relação aos mais velhos. "Eles não podem ser vistos como um encargo pela família e a sociedade, mas como uma fonte de experiência e sabedoria", disse.

Aprovada urgência para votar operação de US\$ 2,2 bilhões com o BID

Os senadores aprovaram ontem à tarde urgência para votar projeto de resolução que autoriza o Brasil a obter empréstimo de US\$ 2,2 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A votação foi marcada para amanhã. De manhã, por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer de Luiz Otávio (PPB-PA) favorável à contratação da operação. Na



Na reunião da CAE, alguns senadores questionaram o suposto caráter social do financiamento

CAE, os senadores fizeram acordo e acataram duas propostas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que havia apresentado um voto em separado.

Uma das propostas acatadas pelo relator estabelece que os recursos deverão ser usados na garantia do financiamento do Programa de Reforma e Proteção Social. No texto original não havia o termo "na garantia". A outra emenda prevê que, antes da formalização do contrato, as normas gerais do empréstimo deverão ser encaminhadas também à CAE. O texto original do relator determinava que as normas seriam enviadas apenas à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O desembolso dos recursos será feito em três parcelas, num prazo de 16 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. No voto em separado,

Suplicy esclarece que, apesar de o contrato fazer vinculações com os programas da rede de proteção social, é destinado ao pagamento da dívida externa.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) concordou com Suplicy, afirmando que era "falsidade" não deixar claro que o empréstimo é para pagar a dívida. Também falaram sobre o assunto os senadores Agnelo Alves (PMDB-RN), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Paulo Souto (PFL-BA) e José Fogaça (PMDB-RS). O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), explicou que havia um equívoco na forma de encaminhamento da matéria, o que suscitou dúvidas sobre a natureza do empréstimo.

Arruda explicou que o empréstimo garante parte da quantia acertada no

acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para preservar o nível das reservas internacionais do país, com uma cláusula que exige a manutenção de investimentos na área social.

Posteriormente, Luiz Otávio acatou as duas sugestões de Suplicy, contanto que este retirasse seu voto em separado. O acerto foi feito e garantiu a aprovação unânime da matéria. O voto de Suplicy propunha a vinculação da aprovação do empréstimo à execução orçamentária sem contingenciamento nem restrições, para o próximo ano, do programa de bolsa-escola Criança-Cidadã, de autoria de Heloísa Helena (PT-AL).

Os membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram parecer favorável ao projeto de lei que altera a forma de cálculo da concessão de benefícios de renda mínima para famílias carentes. O projeto, de Eduardo Suplicy (PT-SP), foi relatado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, e será votado pelo plenário.

De acordo com Suassuna, a fórmula de cálculo para o pagamento da renda mínima previsto na legislação em vigor é inadequado, pois proporciona diferentes níveis de benefícios *per capita* para famílias com o mesmo grau de pobreza. A nova fórmula, acrescentou, institui tratamento idêntico para famílias com a mesma renda individual.

O projeto também é mais adequado porque, segundo Suassuna, acaba com uma característica da fórmula anterior, que proporciona maior benefício para quem tem maior número de dependentes, o que poderia eventualmente estimular o aumento do tamanho das famílias.

Com o novo cálculo, explicou, o projeto também estabelece efeito distributivo maior e menor dispersão dos recursos aplicados nos programas de renda mínima. Os objetivos do projeto, observou, são os mesmos que levaram os parlamentares a aprovar a lei atual, para proporcionar melhor distribuição da riqueza nacional e garantir o mínimo para a sobrevivência das famílias sem que haja desestímulo ao trabalho.

Osmar renuncia à relatoria de empréstimos de SP

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) renunciou ao cargo de relator de duas mensagens do Executivo com pedidos de contratação de operação de crédito para o governo de São Paulo, nos valores de US\$ 45 milhões e US\$ 55 milhões, junto ao Banco Mundial. A renúncia, anunciada durante a reunião de ontem da CAE, foi aceita pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que indicará novo relator para as duas matérias.

Num ofício entregue ao presidente da CAE, Osmar faz um histórico dos pedidos de empréstimos e da documentação que o acompanha para concluir que o pleito fere pelo menos três requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 78, que são: o limite máximo de comprometimento de 13% da receita líquida do estado para o dispêndio anual com encargos de operações de crédito; a relação entre o saldo da dívida e a receita líquida anual; e a exigência de certidão do Tribunal de Contas

do Estado de São Paulo que comprove a inexistência de operações com limites de endividamento extrapolados. "O trâmite processual que está sendo utilizado pelo governo federal a fim de solicitar a apreciação de endividamento acaba por tornar inócuas as normas aprovadas nesta Casa", disse.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que Osmar Dias não renunciou apenas, mas exigiu da CAE uma posição sobre parecer conclusivo do Banco Central a respeito do assunto. Suassuna afirmou que vai analisar a matéria e ver se há necessidade desse parecer do BC. Para José Eduardo Dutra (PT-SE), o BC também descumpra a Resolução nº 78 ao dar pareceres sobre esses pedidos de empréstimos. O banco, segundo Osmar, deixou claro que os senadores, para avaliar esses empréstimos, ou rejeitam os pedidos à luz da Resolução nº 78, ou os aprovam levando em conta a Resolução nº 118, de 1997.

Tião Viana considera volta do bócio "injustificável"

É injustificável que, quase 50 anos após a decisão de eliminar o bócio endêmico do país através da adição de iodo ao sal consumido pela população, o problema retorne em índices alarmantes por descaso das autoridades públicas e das empresas privadas, declarou ontem o senador Tião Viana (PT-AC). Ele disse acreditar que "medidas firmes serão tomadas para que tal problema não ocorra mais no país", esperando que o ministro da Saúde, José Serra, "não deixe a situação passar em branco e repare esse erro da política de saúde".

O senador anunciou que apresentará requerimento de informações sobre o assunto ao Ministério da Saúde e sugeriu que o Conselho Federal de Medicina também requiera os devidos esclarecimentos às autoridades públicas.

Tião Viana confessou-se surpreso com reportagem do jornal *Correio Braziliense* que divulgou os resultados de pesquisa realizada junto a 179 mil estudantes, distribuídos por 428 municí-

pios brasileiros, entre os quais verificou-se que 59 mil estavam com deficiência comprovada de iodo. As consequências dessa carência são fatais ao organismo humano, enfatizou o senador, provocando retardamento mental e sofrimento cerebral, sendo que, em pessoas mais velhas, leva ao bócio endêmico.

Quanto às empresas produtoras de sal, Tião Viana considerou que, no caso de falha das autoridades públicas, elas deveriam ter assumido a adição de iodo. A mesma pesquisa revelou, no entanto, que, entre 54 empresas estudadas, 36 delas apresentaram irregularidades na adição de iodo, afirmou.

No período entre 1995 e 1998, observou Tião Viana, registrou-se que 9,82% do sal consumido não continha iodo, prejudicando principalmente a população dos estados do Amapá, Acre e Tocantins. Nos governos Fernando Collor e Itamar Franco, entre 1990 e 1994, aquele índice era de 2,63%, e de 0,24% entre 1985 e 1988, no governo José Sarney, completou.



Tião Viana pedirá informações ao Ministério da Saúde

Jucá quer urgência na votação de crédito para Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu ontem urgência para a votação do projeto de resolução que autoriza o estado de Roraima a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 26 milhões (correspondentes a R\$ 57,2 milhões), junto à Corporación Andina de Fomento (CAF). Os recursos serão destinados a projetos de distribuição de energia elétrica no in-



Romero Jucá lembra importância de energia para interior

terior no estado.

Segundo Jucá, o requerimento de urgência para votação do projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), devendo o projeto ser apreciado em plenário, em breve. "A distribuição de energia elétrica no interior de Roraima é um tema de importância e urgência para o governo do estado, tendo em vista seus objetivos sociais", destacou.

Alcântara vê nova relação de FHC com governadores

Quando há problemas comuns aos estados e à União, observa o senador, é natural que todos participem da busca de soluções

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso "iniciou uma nova política com os governadores" na reunião do último fim de semana, "apesar da ausência de alguns, sob argumentação político-partidária".

— Ficou provado que ninguém precisa abrir mão de suas convicções políticas para participar de reuniões com o presidente da República e decidir assuntos de interesse da Federação. Esperamos que os governadores do PT e o de Minas Gerais participem do próximo encontro — disse.

Lúcio Alcântara lembrou que o presidente Campos Salles, quando teve de realizar "uma política de saneamento financeiro implacável", executou a



Lúcio Alcântara recordou exemplo do ex-presidente Campos Salles

conhecida "política dos governadores". Para ele, Fernando Henrique está começando "uma política com governadores, e não dos governadores", também com a finalidade de sanear

contas públicas.

— Quando os problemas são comuns aos governos estaduais e à União, como é o caso da Previdência Social, é natural que todos deixem de lado argumentações políticas e participem das soluções. O curioso é que o governador Olívio Dutra, do PT, não veio a Brasília, mas o Rio Grande do Sul já cobra previdência dos inativos e será afetado se o Congresso não aprovar a emenda constitucional decidida no encontro — observou o senador Lúcio Alcântara.

Previdência exige mudança estrutural, diz Hartung

De nada adiantam os remédios, reajustes anuais e operações tapa-buracos, advertiu ontem o líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES). Para ele, a Previdência Social exige com urgência um projeto estrutural que reafirme um novo pacto de gerações e permita tanto aos aposentados como a quem vai se aposentar um mínimo de segurança em relação ao futuro.

Hartung reiterou o propósito de defender, em princípio, um sistema previdenciário único, compulsório, para um patamar de até 10 salários mínimos, sem distinção entre os trabalhadores do serviço público ou da iniciativa privada. Acima desse valor, o trabalhador pode-



Paulo Hartung defende sistema previdenciário único

ria optar pela previdência complementar, aberta — como a oferecida por algumas instituições financeiras, como o Banco do Brasil — ou fechada, a exemplo do que ocorre com os fundos de pensão.

O senador disse que o PPS adota uma posição de prudência em relação à cobrança dos inativos, já que a medida pode ser aceita

— Hoje diminuemos os proventos de nossos velhos, amanhã aumentamos as

alíquotas de desconto e, dias depois, anunciam novas medidas de caráter precário para fechar contas. A Previdência atual não comporta reformas de final de verão; para sobreviver, necessita de um novo edifício, construído com tijolos novos e não com restos de escombros. Ou entendemos isso ou estaremos sendo irresponsáveis frente a uma questão que pode se transformar em um drama nacional, com resultados políticos imprevisíveis do ponto de vista democrático — afirmou.

Paulo Hartung lembrou que é favorável ao diálogo entre a União e os governos estaduais, mas defende que o governo estenda a troca de idéias aos partidos de oposição e às entidades representativas da sociedade civil. O senador considera que a questão da Previdência é uma prioridade nacional nesse momento.

Maldaner pede equilíbrio fiscal responsável

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) conclamou o governo a buscar o equilíbrio fiscal responsável, sem abrir mão do desenvolvimento econômico. "O déficit da Previdência deve ser superado por meios que demonstrem sabedoria política e eficácia administrativa", afirmou.

Para Maldaner, o governo ficou desorientado com o veto do Supremo Tribunal Federal à sua pretensão de cobrar uma contribuição previdenciária muito "salgada" dos servidores ativos e inativos. "O que o governo não pode, e aqui fica o nosso alerta, é oscilar entre a inércia e a proposição de soluções agressivas e inaceitáveis", frisou.

Casildo Maldaner apontou alternativas fiscais disponíveis para sanar o déficit público, sem precisar onerar os servidores públicos. "Pode, por exem-

plo, cobrar os R\$ 56 bilhões que empresas devem ao sistema previdenciário. É preciso maior rigor no tratamento ao sonegador, que, no Brasil, quase não corre risco algum, ao contrário do que ocorre em países mais desenvolvidos".

O senador por Santa Catarina citou dados da Secretaria da Receita Federal, de 1998, segundo os quais dos 100 maiores pagadores da CPMF 48 jamais declararam Imposto de Renda. Ainda segundo esses dados, 28 dos 66 maiores bancos e metade das 530 maiores



Maldaner sugere rigor com os sonegadores

empresas do país não pagam Imposto de Renda, "recorrendo às tais brechas legais".

Para Maldaner, uma providência indispensável para que se comece a cobrar impostos com mais seriedade é acabar com o sigilo bancário. "A atual legislação acoberta sonegadores, traficantes de droga e contrabandistas. O Senado aprovou legislação nesse sentido equilibrada e prudente. Cabe à Câmara dos Deputados apreciar a matéria. A quebra do sigilo bancário facilitaria bastante a ação da Receita Federal", concluiu.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza (gravado)
8h30 — *Entrevista* — O senador Moreira Mendes fala sobre a Frente Parlamentar de Turismo
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação (ao vivo)
21h — *Journal do Senado*
21h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Para Saturnino, injustiça causa violência na Febem

Ao analisar episódio das mortes na instituição, senador diz que elas refletem a degradação social no país. Ele criticou a lógica dos economistas que querem erradicar a pobreza sem tocar nos mais ricos

Ao comentar os episódios que resultaram na morte de quatro adolescentes na Febem de São Paulo, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse, ontem, que eles refletem a degradação social no país e têm “uma causa de patamar mais elevado e mais abrangente: há no Brasil, hoje, uma certa institucionalização da injustiça”, que gera indignação e violência.

Mesmo os analistas que reconhecem a crescente degradação das relações sociais brasileiras frequentemente não chegam às suas causas, segundo o senador, pois colocam “a eficácia acima da ética e da justiça, como se a injustiça fosse necessária para alcançar resultados operacionais”.

— A causa da violência é a indignação com a injustiça — afirmou.

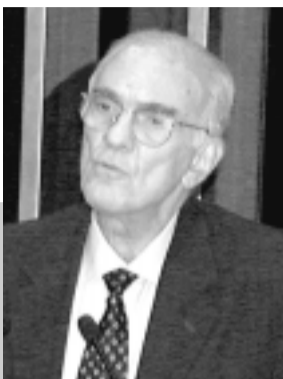
Saturnino referiu-se aos debates realizados na Comissão Especial para a Erradicação da Pobreza, em que o economista José Márcio Camargo e o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, enfatizaram que o governo gasta cerca de 20% do PIB na área social,

sendo que metade desses recursos não beneficiam os de fato mais pobres e, sim, a classe média.

Conforme os economistas, trata-se de “focalizar” os programas sociais e tornar, por exemplo, a Previdência e o ensino médio e superior acessíveis aos mais pobres.

Por essa lógica, uma correção que venha a melhorar a qualidade e eficácia dos gastos públicos significaria “tirar da classe média para atender aos mais necessitados”, esquema em que continuariam intocados os de fato mais ricos, ponderou.

No entendimento do senador, o governo, valendo-se do argumento de que não adianta instituir tributos sobre a riqueza e a renda dos mais ricos porque estes encontram meios de elisão



Roberto Saturnino: eficácia é colocada acima da ética e da justiça

fiscal, ou simplesmente remetem riqueza para o exterior, teria optado “por fazer cair o peso das correções sobre a classe média, pois esta não tem poder de chantagem”.

Paralelamente, acrescentou, o Banco Central emite títulos da dívida pública com correção cambial para evitar uma valorização ainda maior do dólar em relação

ao real, o que provoca prejuízos ao Tesouro Nacional, aprofunda as desigualdades sociais e fortalece o sentimento de indignação com a manutenção de injustiças semelhantes.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que “sentiu vergonha ao ver o noticiário sobre a Febem, ontem,” e defendeu providências urgentes.

Suplicy quer a instituição funcionando como escola

Ao qualificar a rebelião deste fim de semana na Febem da capital paulista como a “pior de todas”, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a instituição se transforme em escola para possibilitar o desenvolvimento dos jovens internados. O senador condenou a maneira como os adolescentes são deixados nos pátios sem ocupação nenhuma.

Suplicy observou que a maioria dos

delitos cometidos pelos adolescentes internos da Febem decorre de dificuldades socioeconômicas de suas famílias. O senador defendeu uma transformação da realidade econômica e social do país como possibilidade de solução para este problema. “É preciso possibilitar renda para que as famílias possam sobreviver com dignidade”, ressaltou.



Suplicy diz que delitos decorrem de dificuldades econômicas e sociais

Suassuna mostra à imprensa situação crítica da Paraíba

Com o objetivo de sensibilizar a imprensa para o agravamento do problema da seca no Nordeste, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) informou que esteve, na semana passada, acompanhado do presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba e de deputados estaduais, visitando os principais jornais e revistas do país. Na ocasião, a comitiva de parlamentares solicitou que os



Suassuna apóia transposição do São Francisco como solução

órgãos de comunicação enviassem equipes de reportagem à região para comprovar a situação.

“A Paraíba tem a pior qualidade em termos de recursos hídricos da região. Estamos há três anos sem chuvas regulares, e perdemos 70% da nossa agricul-

tura e 76% da nossa pecuária. São um milhão de paraibanos vivendo em um campo de concentração sem cercas, sem condições de deixar sua localidade, por não dispor de dinheiro para passagem”, afirmou.

Repassando informação recebida do governador da Paraíba, José Maranhão, Suassuna revelou que a água disponível nos reservatórios que estão abastecendo as regiões do Cariri, Curimataú e redondezas está acabando.

Na visita aos órgãos de comunicação, além de falar das dificuldades que a população nordestina enfrenta com a seca, Suassuna disse que ele e os parlamentares paraibanos defenderam a

transposição das águas do rio São Francisco como solução definitiva para o problema. Suassuna lembrou que o governo federal gasta R\$ 1 bilhão anualmente em ações contra a seca, e que a obra da transposição custaria o dobro.

O senador disse ter ficado espantado com o posicionamento de algumas bancadas no Congresso que têm se manifestado contra a transposição. Ele informou que o projeto, que beneficiaria a 16 milhões de pessoas, prevê a retirada de 70 dos 2.065 metros cúbicos de água por segundo da vazão do São Francisco.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) manifestou-se favoravelmente à transposição do São Francisco e disse que a falta de informação é que tem colocado algumas pessoas contra a obra. A Comissão de Assuntos Sociais, presidida por ele, aprovou, segundo o parlamentar, requerimento das senadoras Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Heloísa Helena (PT-AL) para que seja realizado fórum de debates sobre o assunto. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) também defendeu a implantação de medidas urgentes para combater os efeitos da seca no Nordeste.

Cândido cobra posição do governo sobre Timor Leste

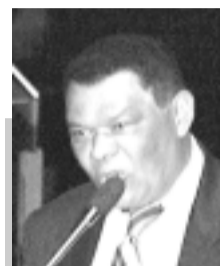
Que medidas oficiais já tomou ou pretende tomar o governo brasileiro no sentido do reconhecimento do Timor Leste como país independente? Essa questão motivou requerimento de Geraldo Cândido (PT-RJ), dirigido ao Ministério das Relações Exteriores, em que o senador ressalta que a história e a identidade do Timor Leste estão profundamente ligadas ao Brasil.

Geraldo Cândido afirma que, a despeito dos elementos de ligação entre os dois países, o Brasil teve participação tímida no processo de independência do Timor.

Aqui, a luta pela libertação do Timor começou, segundo o senador, por iniciativa das organizações não-governamentais e dos movimentos de direitos civis e

de direitos humanos.

“Nos conselhos da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil sempre votou com posição favorável ao Timor e condenou a invasão da Indonésia ao país em 1975. Mas também é verdade que a diplomacia brasileira precisa adotar uma posição mais incisiva, pois as declarações, até agora, sobre a situação de independência do Timor Leste foram insuficientes”, afirmou.



Cândido: Brasil teve participação tímida no processo

Geraldo Althoff presta homenagem a Kleinübing

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) prestou homenagem, ontem, ao ex-senador Wilson Kleinübing, pela passagem do primeiro aniversário de sua morte, transcorrido no dia 23 deste mês. “Foi um parlamentar aguerrido que não parou nem mesmo quando acometido de grave moléstia”, destacou.

Althoff lembrou que o trabalho de Kleinübing como político e administrador sempre se caracterizou pela preocupação com o desenvolvimento do país. Ele destacou a atuação do colega na luta pelo corte de gastos, contra o desperdício e a malversação do dinheiro público e no combate à corrupção.



Geraldo Althoff destaca luta de Kleinübing

A participação de Kleinübing na CPI dos Precatórios, destinada a averiguar irregularidades na emissão dos títulos públicos, também foi lembrada por Althoff. “Wilson não descansou enquanto a CPI não produziu provas contundentes daquilo que tinha certeza de ser um enorme engodo para gerar riquezas a poucos, em detrimento de mui-

tos”, disse.

O senador por Santa Catarina recordou, ainda, o trabalho de articulação política realizado por Kleinübing que conseguiu reaproximar dois dos maiores expoentes da política catariense: Esperidião Amin e Jorge Bornhausen.

Para Rocha, crise entre PT e PDT está restrita ao Rio

A crise entre PT e PDT se restringe ao Rio de Janeiro. A afirmação foi feita ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao analisar os desdobramentos da crise na aliança entre os dois partidos. Para o senador, os problemas são antigos e vêm desde antes das eleições, quando o PT resolveu não fazer coligação e lançar candidato próprio ao governo do Rio de Janeiro. “Esta crise não afeta de maneira nenhuma o relacionamento dos partidos no âmbito nacional”, ressaltou.

O senador garantiu que o relaciona-

mento entre o governador Garotinho e a vice-governadora Benedita da Silva está sendo pautado pelo respeito, pela cordialidade e pela lealdade. Rocha lamentou que setores mais radicais do PT fluminense possam comprometer a eleição para a prefeitura do Rio no próximo ano.



Rocha: crise não afeta relação nacional